

Emenda abre caminho à reeleição de Ulysses

O deputado fluminense Rubem Medina (PFL) vai apresentar emenda suprimindo do projeto de Constituição toda e qualquer referência ao processo de eleições e duração do mandato de membros das Mesas da Câmara e do Senado, o que pode viabilizar uma segunda reeleição do deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP) à presidência da Câmara. "Esta emenda é de grande alcance", observou Ulysses, ao saber das pretensões de Medina, sem conseguir conter seu entusiasmo.

A explicação de Medina é de que a matéria é da competência dos regimentos internos da Câmara e do Senado, não tendo porque constar do texto constitucional. O deputado Ulysses Guimarães nega que esteja gerenciando no sentido de liberar a reeleição de membros das respectivas Mesas e diz que tomou conhecimento da existência de iniciativa nesse sentido apenas através de amigos que leram a informação nos jornais.

Afirma ainda o deputado que a duração de mandato de dirigente legislativo deve ser decisão dos próprios parlamentares. Ele citou o exemplo do ex-deputado Thomaz O'Neal, que presidiu por mais de 25 anos a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. No Brasil, Ranieri Mazzilli (SP) foi

presidente da Câmara durante sete anos - de 1958 a 1964.

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, manifestou-se contra a permissão de reeleição de dirigentes da Câmara e do Senado. "Será que vamos ter um novo Mazzilli?" - indagou, referindo-se à possibilidade de mais dois anos para Ulysses Guimarães na presidência da Câmara.

Já o vice-líder do PMDB, deputado Paulo Macarini (SC), declarou-se a favor, citando também o exemplo de Mazzilli: "A chamada revolução incluiu na Constituição a proibição da reeleição dos dirigentes do Congresso para atingir Mazzilli na Câmara e Aurélio de Moura Andrade no Senado. A questão deve ser disciplinada pelas duas Casas do Congresso" - disse ele.

O deputado Sarney Filho (PFL/MA) entende que o problema é de natureza regimental e não constitucional. Revelou que votaria em Ulysses Guimarães "com entusiasmo" para mais dois anos na presidência da Câmara. "Eu não voto. Democracia significa também renovação de ocupantes de cargos" - afirmou o deputado Ângelo Magalhães (PFL/BA), irmão do ministro das Comunicações.

A deputada Cristina Tavares (PE-sem partido)

sarcástica, sugeriu que a Câmara declarasse o cargo vitalício e hereditário para Ulysses. "Como, ele não tem filhos, o dr. Ulysses poderia deixar o lugar para o Luiz Henrique" - referindo-se ao ministro (e deputado licenciado) Luiz Henrique (PMDB/SC), dos mais ligados ao presidente do PMDB.

Contra a permissão de reeleição de membros das Mesas da Câmara e do Senado manifestaram-se, entre outros, os deputados Brandão Monteiro (líder do PDT), Jorge Uequed (PMDB/RS), Leopoldo Bessone (PMDB/MG), Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), José Genóino (PT/SP), Mendes Ribeiro (PMDB/RS), Carlos Cotta (MG-sem partido), Vivaldino Barbosa (PDT/RJ), Victor Faccioni (PDS/RS).

Também a favor falaram os deputados Jayme Santana (PFL/MA), Wílma Maia (PDS/RS), Fernando Santana (PCB/BA), Henrique Alves (PMDB/RN), Milton Reis (PMDB/MG), Fernando Gasparian (PMDB/SP), Joaquim Bevilacqua (PTB/SP), Robson Marinho (PMDB/SP). O pedesista Faccioni disse que a reeleição é uma eleição indireta disfarçada, "à altura da tradição casuística do PMDB".

Resistências até dentro do PMDB

A idéia de alterar o projeto constitucional para permitir a reeleição do deputado Ulysses Guimarães à presidência da Câmara começou a sofrer ontem fortes resistências naquela Casa do Congresso. Nem mesmo no PMDB há consenso em torno da proposta, que conseguiu reunir contra si desde líderes da facção moderada (caso do cearense Expedito Machado) até representantes da esquerda (caso do paraense Maurício Fruet).

Entre os candidatos ao cargo, pelo menos dois — os deputados Roberto Cardoso Alves e Paes de Andrade, ambos do PMDB — mantêm a disposição de disputar a sucessão de Ulysses, conforme reafirmaram ontem. Mas quem melhor definiu a situação foi o deputado José Lins, do PFL: "Há dois anos, o PMDB era todo poderoso e a reeleição, embora constitucional, foi fácil. Agora, ele só ganha se conquistar o apoio de outras legendas", prognosticou o parlamentar.

BIOGRAFIA

Ao justificar a idéia, o deputado Genebaldo Correia, afirmou que a reeleição de Ulysses pela Câmara é a melhor forma de afastá-lo da Vice-Presidência da República, pela via biónica, como quer o Palácio do Planalto. Preocupado com a biografia do colega, Correia pretende apresentar uma emenda supressiva ao parágrafo 5º do artigo 69 do atual projeto constitucional, que veda expressamente a recondução dos membros das mesas diretoras das duas Casas do Congresso aos mesmos cargos. "Depois de tudo o que fez pelo País, Ulysses merece esta homenagem da Câmara", acredita o peemedebista baiano.

Homenagens pessoais à parte, o que está mesmo na base das articulações de Correia é uma manobra estritamente política. Como revelou ontem um outro amigo do deputado Ulysses Guimarães, o objetivo é não deixar que o hoje multipresidente se esvazie politicamente, mantendo em suas mãos — excluindo, naturalmente, a presidência da Constituinte, que se extingue junto com a promulgação da nova Carta — todos os cargos que acumula hoje.

Reeleito para a Mesa da Câmara, o deputado paulista continuará sendo, automaticamente, o vice de Sarney, com a vantagem de que não precisará comprometer-se pessoalmente com o Palácio do Planalto — o que fatalmente ocorreria no caso da eleição biónica proposta pelo Governo. Sem arranhões na sua imagem, raciocina o

amigo de Ulysses, o deputado terá autoridade não só para ser um sustentáculo da transição democrática como também — previsão mais otimista — para tentar reverter o processo de fragmentação que aflige o seu partido.

RESISTÊNCIAS

A julgar pelas reações que provocou ontem na Câmara, contudo, a recondução de Ulysses não será tarefa fácil. O deputado Roberto Cardoso Alves, que é candidato ao cargo, afirmou que esta idéia é "um enorme casuismo" e duvidou de que o seu partido venha a patrociná-la: "O PMDB sempre acusou o regime militar de fazer leis em causa própria. Não acredito que vá utilizar o mesmo processo para beneficiar o Ulysses", afirmou o parlamentar, que mantém a disposição de disputar a presidência da Casa.

De fato, a receptividade da proposta dentro do PMDB não é das melhores. O deputado Expedito Machado, líder da facção moderada do partido, defendeu a renovação dos cargos de direção do Legislativo por ser "salutar à democracia". Ao dr. Ulysses, na opinião dele, são devidas "outras homenagens que façam justiça à sua biografia".

Na esquerda peemedebista, a situação é idêntica. O deputado Maurício Fruet

Saída seria a supressão

A reeleição do deputado Ulysses Guimarães à presidência da Câmara é inconstitucional, tanto aos olhos da atual constituição quanto do ponto de vista do projeto em votação. Para viabilizá-la, será preciso suprimir parte do parágrafo 5º do artigo 69, já aprovado em primeiro turno pelo plenário.

A atual Constituição (art. 31. § único, alínea f): "Será de dois anos o mandato para membro da mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição".

O projeto (art. 69, § 5): "Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente."

vê na idéia uma manobra casuística — "ai tem mutreta" — e condenou a perpetuidade em cargos públicos. Já o mineiro Octávio Elisio, não só é contra o princípio da reeleição como acha absurda a idéia de mudar o projeto constitucional para viabilizar a sugestão de Genebaldo em favor de Ulysses.

Mais discreto em relação à proposta, o deputado Paes de Andrade, também do PMDB, preferiu não entrar no mérito. Mas reafirmou que mantém sua candidatura à presidência da Câmara, "que aliás já não me pertence", e fez questão de afirmar que é perfeitamente elegível pelos termos do projeto constitucional. Ele é primeiro-secretário da Casa, mas o título IV, em seu artigo 69, permite a reeleição desde que não seja para o mesmo cargo.

OUTROS PARTIDOS

Nos outros partidos, as resistências também são fortes. O líder do PDB, Roberto Freire, era favorável à reeleição para todos os cargos, mas desde que o princípio foi rejeitado pela Constituinte ele não vê razões para que se restabeleça apenas para o caso específico da presidência da Câmara.

Pelo PT, o deputado Paulo Delgado também não pretende votar na emenda supressiva de Genebaldo Correia. Lembrou que o seu partido sempre foi contra o princípio da reeleição e defendeu a renovação dos postos de comando. "A verdade é que a própria reeleição de Ulysses no ano passado só foi possível com uma interpretação meio forçada da Constituição", afirmou.

No PFL, o deputado Humberto Souto, que já foi primeiro-vice-presidente de Ulysses na Câmara, é dos poucos que apóiam a recondução do deputado paulista. Ele não vê problemas no impedimento constitucional: "Basta mudar o projeto no segundo turno de votação", ponderou o parlamentar mineiro. Já sua colega Sandra Cavalcanti quer restabelecer a possibilidade da reeleição para todos os cargos eletivos, mas disse que só votará em Ulysses se não aparecer candidato em plataforma mais atraente.

O deputado José Lins, também do PFL, dispõe-se a apoiar Ulysses. Foi franco, porém, ao admitir que o PMDB "forçou a barra" para reeleitá-lo inconstitucionalmente há dois anos. Como agora a maior legenda do País está dividida, ele advertiu que Ulysses só conseguirá se manter na presidência da Câmara se conquistar o apoio de outros partidos.

PMDB vai até votação do mandato

Porto Alegre — Apesar do documento assinado por 93 parlamentares do PMDB praticamente anunciando que estão deixando a legenda, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, afirmou que o partido continuará unido até a votação do mandato de cinco anos para o atual Presidente. O rompimento será inevitável e inclusive anunciou que procurará outra legenda. Entretanto, se o mandato escolhido for o de quatro anos, Collor prevê a possibilidade de uma sobrevida maior ao PMDB.

— Nós temos que entender aquele documento não como um racha, mas como a afirmação de uma posição dos companheiros que há muito vêm lutando pelo ideal do PMDB e contra o fisiologismo.

Collor de Mello disse esperar que a Constituinte ouça o clamor popular e o entenda como mais alto do que as benesses distribuídas pelo Governo federal em troca de votos. Para ele, a votação dos cinco anos traria um agrava-

mento da crise institucional e econômica por que passa o País. E comparou o Governo do presidente Sarney com os anos mais cinzentos da história do País.

— São três anos de nossa história. Os três anos em que se constatou com muita tristeza e impudência neste País. Três anos de falta de autoridade, de honestidade e de credibilidade concentrada em uma mesma pessoa.